



SAÚDE PÚBLICA / Com a suspensão da vacinação contra covid-19 em menores de 3 a 5 anos em várias cidades do país, inclusive no DF, Ministério da Saúde anuncia a compra de 1 milhão de doses do imunizante do Instituto Butantan

Estados racionam CoronaVac para crianças

» ISADORA ALBERNAZ*

Norberto Duarte/AFP



O Ministério da Saúde vai comprar 1 milhão de doses de CoronaVac para imunizar crianças entre 3 e 5 anos, segundo informou o Instituto Butantan, de São Paulo. A aquisição da vacina, a única autorizada para o público infantil, ocorre após vários municípios do país suspenderem a vacinação por falta do produto. O Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal estão entre as unidades da Federação que informaram não ter mais a CoronaVac em estoque na rede pública.

Segundo o Butantan, as novas remessas devem estar disponíveis em meados de setembro. Até o momento, o governo federal ainda não havia formalizado a aquisição das vacinas para atender o público infantil de 3 a 5 anos. Os estados e o DF são responsáveis pelo cronograma de aplicação de acordo com a disponibilidade de estoque.

A compra ocorre mais de um mês depois de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizar, por unanimidade, o uso emergencial da CoronaVac para crianças dessa faixa etária. Desde a liberação do imunizante pelo órgão regulador, o Butantan — que produz a vacina no Brasil — enviou três ofícios ao Ministério da Saúde com propostas de venda da vacina. “Em todos os documentos constavam preço, condições de entrega e quantidade de doses, que seriam suficientes para atender o esquema vacinal primário completo desta faixa etária”, informou o laboratório, por meio de nota.

O Butantan também esclareceu que o insumo farmacêutico ativo (IFA) — matéria-prima da vacina, produzida na China — é capaz de suprir a demanda de 6 milhões de doses de CoronaVac necessárias para atender toda a faixa etária no Brasil. No país, há cerca de 5,6 milhões de crianças aptas a receber o imunizante.

Em 19 de julho, o secretário executivo do Ministério da Saúde, Daniel Pereira, havia afirmado que as doses reservadas para o público infantil chegariam aos estados e municípios em, no máximo, 30 dias.

Apesar dos relatos feitos por parte de alguns estados, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga,

Com falta de vacinas, estados limitam a aplicação em crianças de 3 a 5 anos para garantir a segunda dose de quem recebeu a primeira

negou a falta de imunizantes. Ontem, em entrevista à GloboNews, Queiroga declarou que “há vacinas”, mas reconheceu a falta do produto em algumas unidades da Federação. “Tem estados em que a vacina está faltando. Estamos fazendo a realocação dessas vacinas”, disse ele.

“Tratativas”

Questionado, o Ministério da Saúde informou, em nota, que “está em tratativas para aquisição do imunizante com maior celeridade, de acordo com a disponibilidade de entrega das doses pelos fornecedores”, e que a pasta “reitera a disponibilidade de outras vacinas contra a covid-19 para o público acima de 5 anos, e reforça a necessidade de estados e municípios cumprirem as orientações pactuadas para garantir a imunização da população brasileira”.

Em 3 de agosto, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal suspendeu a aplicação da primeira

dose da CoronaVac em crianças de 3 a 5 anos. De acordo com a pasta, o interrompimento ocorreu porque o estoque de imunizantes do DF é suficiente apenas para garantir a segunda dose das crianças já vacinadas e que “aguarda envio de novas doses do imunizante por parte do Ministério da Saúde para retomar a vacinação dessa faixa etária”.

Até o dia 13 deste mês, o vacinômetro da capital federal indicava que 2.920 crianças de 3 a 5 anos foram vacinadas com a primeira dose, mas apenas 25 receberam a segunda dose do imunizante. Segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), há 39,3 mil crianças no DF com 3 anos de idade e 38,3 mil com 4 anos.

No Rio de Janeiro, com 450 mil crianças dessa faixa etária aptas a receberem o imunizante, a vacinação do público infantil está suspensa desde 8 de agosto. O **Correio** procurou as secretarias de Saúde de todos os

estados, mas apenas 15 encaminharam respostas sobre os estoques de CoronaVac para crianças (Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo, Santa Catarina, Tocantins). A maioria informou que está controlando a liberação das doses para evitar a descontinuidade do programa de vacinação.

Mato Grosso, por exemplo, confirmou a falta de imunizantes e informou que “a maioria dos municípios do estado não dispõe de doses da CoronaVac no momento”. A pasta de São Paulo respondeu que as doses de vacina estão sendo priorizadas para crianças com comorbidades, deficiências permanentes e indígenas. Mas quem não está nessa lista pode se habilitar a receber a vacina na chamada “xepa”, que são as doses remanescentes ao fim de cada dia de aplicação.

A SES da Bahia informou que o estado também enfrenta déficit no estoque. “(o estado) dispõe de aproximadamente 200 mil doses de vacinas, sendo insuficientes para atender integralmente esse novo público elegível (crianças de 3 a 5 anos)”, declarou o órgão baiano.

Alguns estados disseram que ainda há doses disponíveis. Paraná e Ceará informaram que solicitaram reposição de doses ao Ministério da Saúde, mas que ainda não há posição da pasta em relação ao envio do imunizante. A secretaria de Roraima já registra queda na procura da vacina. Segundo dados do Vacinômetro Covid-19/LocalizaSUS, que tem como fonte a Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS), até ontem, 288,5 mil crianças de 3 a 5 anos receberam a primeira dose da CoronaVac e apenas 3.842 mil a segunda dose.

*Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria

Monkeypox: emergência é descartada

» TAINÁ ANDRADE

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse, ontem, que não irá declarar emergência em saúde pública para a monkeypox, a varíola dos macacos, no Brasil. De acordo com a pasta, divulgados na última sexta-feira, já há 2.747 casos confirmados no Brasil, a maioria (1.919) em São Paulo. “A Espin (emergência em saúde pública) tem critérios para que seja reconhecida. Estados Unidos e Austrália foram os únicos que reconheceram. Até agora, não recebi solicitação técnica da área para que considerasse ou não a edição de uma portaria em relação à Espin”, declarou Queiroga, em entrevista.

A declaração do ministro vai na contramão do que orientam entidades como o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), que pedem pelo decreto de emergência. A entidade internacional, inclusive, emitiu um alerta em que aponta o Brasil como o país que teve o maior aumento mundial de casos por semana. Entre a última semana de julho e a primeira de agosto, a OMS detectou alta de 190,7% — um salto de 592 para 1.721 ocorrências.

O ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, deu ontem prazo de cinco dias para o governo de Jair Bolsonaro (PL) e as secretarias estaduais de Saúde traçarem um plano de prevenção e combate à varíola do macaco. A medida é uma resposta ao pedido do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que cobra do Executivo medidas mais contundentes contra a doença infecciosa, como a vacinação compulsória para grupos de risco.

O ministro considerou, em entrevista ao programa *Voz do Brasil*, que “a letalidade dessa doença é baixa, ou seja, a maioria dos casos é simples, de tal sorte que não é algo que se assemelhe à covid-19, apesar de ser uma emergência de saúde pública global reconhecida pela OMS (Organização Mundial da Saúde)”.

GOIÁS

PMs suspeitos de forjar flagrante

A morte de Henrique Alves Nogueira, de 28 anos, em Goiânia, em 11 de agosto, está sendo investigada pela Polícia Civil do estado depois que imagens de câmeras de segurança puseram em dúvida a versão dos policiais militares que registraram a ocorrência. Segundo boletim da polícia, o homem teria sido morto após um confronto com uma equipe do Patrulhamento Tático do 7º Batalhão da PM. Policiais que participaram a suposta operação declararam que Henrique estava em uma moto, com um comparsa, e que reagiu a tiros à abordagem da equipe de agentes.

Os PMs chegaram a exibir fotos de uma suposta apreensão de

drogas, que estaria na mochila do rapaz baleado. Mas imagens de câmeras de segurança mostram o momento em que Henrique foi abordado andando na rua, sem mochila, pelos policiais, que estavam em um camburão. A ação se deu por volta das 11h da manhã. Sem esboçar reação, ele foi posto na caçamba da viatura. Sem informações do paradeiro do rapaz, a família dele registrou boletim de ocorrência informando o desaparecimento. Por volta das 20h, Henrique foi encontrado morto em uma estrada de terra a 20 quilômetros do local da abordagem.

Na versão dos agentes, após o confronto foram encontrados em uma mochila tijolos

Polícia Civil GO/Divulgação



Imagens mostram que Henrique Alves não reagiu à abordagem de PMs de Goiás, que registraram outra versão para a morte do homem

de maconha, papétes de cocaína, comprimidos de ecstasy e porções de crack, 2 pedaços de crack. Os PMs alegaram que

Henrique atirou várias vezes antes de ser atingido. Os militares chegaram a pedir socorro médico para o rapaz, mas ele já

estava morto quando a ambulância chegou ao local.

O advogado da família de Henrique, Alan Araújo Dias,

afirma que, no momento da primeira abordagem, Henrique tinha acabado de deixar o carro dele em uma oficina e que ele não levava nenhuma mochila, como mostram as imagens.

“A gente percebe que houve homicídio qualificado, fraude processual, associação criminosa, porte ilegal de arma e falso testemunho. São vários crimes”, acusa o advogado ao rebater a versão dos PMs. A Polícia Militar de Goiás informou, em nota, que afastou os policiais e abriu um inquérito interno para apurar a conduta dos agentes e que a corporação “não compactua com nenhum tipo de desvio de conduta e que o caso será apurado com o devido rigor”.